



# MUNICÍPIO DE SENGÉS

CNPJ/MF 76.911.676/0001-07  
TRAVESSA SENADOR SOUZA NAVES N. 95  
SENGÉS – PARANÁ

## DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º \_\_\_\_\_/2023.

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de dois mil e vinte e três, nesta cidade de Sengés, Estado do Paraná, na Sede da Prefeitura Municipal, presentes de um lado o **MUNICÍPIO DE SENGÉS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Travessa Senador Souza Naves, n.º 95, Centro, Sengés – PR, com CNPJ sob n.º 76.911.676/0001-07, doravante denominado **MUNICÍPIO**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **NELSON FERREIRA RAMOS**, brasileiro, casado, portador da CIRG n.º 3.086.009-8 SSP/PR e devidamente inscrito no CPF sob o n.º 543.185.218-34, residente e domiciliado nesta cidade, e, de outro lado, a empresa **MACROMMERCE LTDA - ME**, sediada na cidade de Palhoça SC, na Rua Najla Carone Guedert, n.º 820, Sala 03, Bairro Pagani, CEP 88.132.150 com CNPJ sob n.º 47.977.771/0001-05, doravante denominada **DETENTORA DA ATA**, representada pelo(a) Sr(a). **JOÃO VITOR CAMPOS DE LIMA**, procurador, residente domiciliado na cidade de São Jose, Estado Santa Catarina, Rua Nossa Senhora do Rosário, n.º 248, CEP. 88.110-642, portador(a) da cédula de identidade RG n.º 8.265.988 SESP/SC e CPF n.º 003.232.052-32, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o contido no processo licitatório do Pregão Eletrônico nº 062/2023 levado, conforme as cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO REGISTRO E DO PREÇO:

1 – Consideram-se **REGISTRADOS** os preços para futura e eventual aquisição de materiais elétricos para manutenção de iluminação pública, em atendimento à Secretaria de Serviços Urbanos, conforme quantidades e especificações contidas abaixo:

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
5	1	CABO COBRE FLEXÍVEL 1,5MM, ANTICHAMA, REGISTRO INMETRO	LIGCABOS LIGCABOS	M	3.000,00	0,70	2.100,00
12	1	CABO TRIPLEX 16MM, ANTICHAMA, REGISTRO INMETRO	LIGCABOS LIGCABOS	M	800,00	5,00	4.000,00
VALO TOTAL:							R\$
6.100,00							



# MUNICÍPIO DE SENGÉS

CNPJ/MF 76.911.676/0001-07  
TRAVESSA SENADOR SOUZA NAVES N. 95  
SENGÉS – PARANÁ

## DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

2 – Este instrumento não obriga o **MUNICÍPIO** a firmar contratações na quantidade total estimada, e poderá ocorrer licitação específica para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada a Detentora do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

3 – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços, em conformidade com o disposto no §1.º do art.10.º do Decreto Municipal n.º 322/13.

4 – Prazos de pagamento, da forma do reajuste e revisão dos preços serão precedidos conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DO OBJETO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

1 – As especificações de entrega dos bens/serviços serão aquelas definidas no Termo de Referência anexa ao Edital do processo licitatório que originou esta ata de Registro de Preços, que faz parte integrante desta, independente de transcrição, devendo cumprir, integralmente, todas as cláusulas e condições constantes dos contratos firmados, sob pena de revogação da presente Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das aplicações das penalidades cabíveis.

2 – A formalização da Contratação, que se dará através da **NOTA DE EMPENHO DE DESPESA**, autorização de compra ou ordem de execução de serviços, ficando à critério do requisitante a escolha que melhor lhe aprouver, observando-se as condições estabelecidas no artigo 62 da Lei n.º 8.666/93.

3 – O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

- a) Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;
- b) A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
- c) A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

4 - Independente de transcrição na Nota de empenho ou do instrumento equivalente, as condição de execução/entrega do bem são as especificadas no Edital da Licitação e o Termo de Referência anexo a ele, sujeitando às partes as instruções neles contidas.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

1 – O prazo de vigência da presente ATA será de 12 (doze) meses, contados a partir **da data de sua assinatura**, não podendo ser prorrogada.



# MUNICÍPIO DE SENGÉS

CNPJ/MF 76.911.676/0001-07  
TRAVESSA SENADOR SOUZA NAVES N. 95  
SENGÉS – PARANÁ

---

## DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

2. A publicação do extrato se dará no Jornal Oficial do Município de Sengés (<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>).

3 – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, os Órgãos Participantes não serão obrigados a firmar as contratações que dela poderão advir.

### **CLÁUSULA QUARTA – DO GESTOR E DA FISCALIZAÇÃO DA ATA E DA CONTRATAÇÃO:**

1 – O Município de Sengés é o Órgão Gerenciador responsável pelo gerenciamento desta Ata de Registro de Preços.

2 – Caberá ao servidor(a) Davis Thiago Ribeiro A Gestão desta ARP.

3 – Caberá ao CONTRATANTE efetuar o pagamento pelo fornecimento do objeto do presente contrato, de acordo com o estabelecido, bem como acompanhar e fiscalizar a execução e fornecimento deste contrato através dos servidores(as) Davis Ribeiro, podendo ser substituídos(as) pelos (as) servidores(as) Roberto Carlos Gaia designados(as) através do Decreto Municipal n.º 3517/2022 em observância ao artigo 67 da Lei nº 8666/93, ficando sob responsabilidade desses, a aplicação das penalidades cabíveis.

4 – Dentre as obrigações do fiscal designadas no Decreto de nomeação, caberá a anotação em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA:**

1 – A DETENTORA DA ATA estará obrigada a celebrar os contratos ou retirar o termo equivalente que poderão advir, nas condições estabelecidas no ato convocatório, observando-se as condições estabelecidas no artigo 62 da Lei n.º 8.666/93 também descritas no Edital e seus anexos.

2 – Obrigam-se a fornecer o produto/prestar os serviços para o qual teve o preço registrado nas condições, especificações e prazos previstos no Edital e anexos.

3 – Manter durante a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital do processo que a originou.

### **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR/PARTICIPANTE:**

São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR/ PARTICIPANTE, além das previstas nesta ATA e nos termos e anexos que integram e complementam o edital, as descritas a seguir:



# MUNICÍPIO DE SENGÉS

CNPJ/MF 76.911.676/0001-07  
TRAVESSA SENADOR SOUZA NAVES N. 95  
SENGÉS – PARANÁ

---

## DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

1 – Efetuar o pagamento do quantitativo efetivamente adquirido, de acordo com o estabelecido no Termo contratual, bem como, acompanhar, e fiscalizar a execução do Contrato através dos Servidores designados.

2 – Prestar as informações e esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitadas pela DETENTORA DA ATA, no sentido de proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seu fornecimento.

3 – Aplicar as penalidades cabíveis por intermédio do Prefeito Municipal.

### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES:

1 – O contrato poderá sofrer alterações quando necessárias adequações para sua melhor execução, mediante justificativa da autoridade competente nas hipóteses e com fundamento no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

### CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA:

1 – A DETENTORA DA ATA ficará obrigada a declarar por escrito, sob as penas da lei, ocorrência de qualquer fato superveniente modificador da situação legal que lhe ensejou a habilitação, sendo exigido, neste caso, para continuar participando do Registro a apresentação de nova documentação, no que couber e a critério da Administração.

2 – Na ocorrência da hipótese prevista no subitem anterior, o prosseguimento da participação da empresa no presente registro será decidido pela Autoridade Superior.

3 – Esta ATA de Registro de Preços poderá ser cancelada e as contratações a ela vinculadas poderão ser rescindidas, de pleno direito, no todo ou em parte, pelo MUNICÍPIO, quando:

- a) A DETENTORA DA ATA descumprir as condições da ARP;
- b) A DETENTORA DA ATA não assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) A DETENTORA DA ATA não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) A DETENTORA DA ATA sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7.º da Lei nº 10.520, de 2002;
- e) Estiverem presentes razões de interesse público.

4 – O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador e ratificado pela Autoridade Superior.

5 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:



# MUNICÍPIO DE SENGÉS

CNPJ/MF 76.911.676/0001-07  
TRAVESSA SENADOR SOUZA NAVES N. 95  
SENGÉS – PARANÁ

---

## DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- I. Por razão de interesse público; ou
- II. A pedido da DETENTORA DA ATA.

6 – O cancelamento de preço registrado será publicado no Jornal Oficial do Município (<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>).

7 – Cancelada a Ata da 1ª classificada (DETENTORA DA ATA), poderá ser convocada a empresa proponente com classificação imediatamente subsequente, para fornecer o objeto ao preço do primeiro classificado (Cadastro Reserva).

8 – Ocorrendo cancelamento do registro de preços pela Administração, a DETENTORA DA ATA será comunicada por correspondência com aviso de recebimento.

9 – No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível, o endereço da DETENTORA, a comunicação será feita pelo Jornal Oficial do Município (<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

### CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

1 – Comete infração administrativa, o licitante/adjudicatário que:

- a) Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente;
- b) Quando convocado dentro do prazo de validade da proposta não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- e) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- f) Não mantiver a proposta;
- g) Cometer fraude fiscal;
- h) Comportar-se de modo inidôneo;
- i) Quando motivadamente requisitado, deixar de apresentar, injustificadamente, documentos comprobatórios relacionados à manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal.
- j) Má execução do contrato ou não entregar o produto da forma contratada.

2 – As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

3 – Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

4 – O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:



# MUNICÍPIO DE SENGÉS

CNPJ/MF 76.911.676/0001-07  
TRAVESSA SENADOR SOUZA NAVES N. 95  
SENGÉS – PARANÁ

---

## DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**a)** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

**b)** Será aplicada multa nas seguintes condições:

**I.** No caso de inexecução parcial do objeto, será aplicada multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parte inadimplida;

**II.** No caso de inexecução total, a multa aplicada será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

**III.** O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a contratada à multa moratória, equivalente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor total da parcela inadimplida, por dia útil excedente ao prazo de entrega dos serviços, limitada a 2% (dois por cento) do valor da parcela inadimplida.

**IV.** A fixação da multa não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do CONTRATANTE, sendo o dano superior ao percentual referido.

**c)** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

**d)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados; Será aplicada sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, dentre outros casos, quando:

**I.** Fraudar a execução do contrato;

**II.** Comportar-se de modo inidôneo;

**III.** Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

**IV.** Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do Contrato, sem consentimento prévio do Município;

**V.** Ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei nº. 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do Município **após a assinatura do Contrato;**

**VI.** Apresentação, ao Município, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do Contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação.

**5 –** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**6 –** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.



# MUNICÍPIO DE SENGÉS

CNPJ/MF 76.911.676/0001-07  
TRAVESSA SENADOR SOUZA NAVES N. 95  
SENGÉS – PARANÁ

---

## DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

7 – A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8 – A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

### CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

Da opção por penalizar caberá recurso à autoridade superior àquela que opinou pela sanção, ficando a mesma sobrestada até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109 da Lei nº 8.666/93.

1 – O procedimento administrativo para a imposição de penalidade observará o disposto abaixo:

I. Apresentada denúncia pelo fiscal do contrato, a autoridade superior instaurará um processo administrativo punitivo, podendo este seguir nos mesmos autos do respectivo processo licitatório, bem como, nomeará a Comissão responsável pelo referido processo e, imediatamente dará ciência à CONTRATADA, mediante ofício, do inteiro teor da denúncia e das possíveis provas anexas à mesma, abrindo-lhe prazo para que, querendo, apresente defesa e contraditório.

II. A CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da ciência, ou da juntada aos autos do Aviso de Recebimento para, se quiser, apresentar defesa, arrolar provas documentais ou testemunhais.

III. Apresentada a defesa dentro do prazo acima estabelecido, caberá a Comissão responsável pelo processo administrativo punitivo, analisar os argumentos, as provas porventura arroladas, bem como, ouvir as testemunhas citadas, podendo solicitar a oitiva do fiscal ou das demais pessoas que julgar necessárias, em data a ser previamente fixada pela Comissão, devendo ser a CONTRATADA avisada da respectiva data com antecedência mínima de 72 horas.

IV. Caso sejam ouvidas testemunhas, ou caso o CONTRATANTE anexe provas diversas das arroladas na denúncia, a Comissão responsável pelo processo administrativo punitivo deverá abrir à CONTRATADA o prazo de 05 (cinco) dias para que, tenha vista dos autos e, querendo, apresente alegações finais.

V. Apresentadas ou não as alegações finais pela CONTRATADA, se for o caso, a Comissão emitirá parecer, dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis, opinando pela aplicação ou não de penalidade, o qual deve ser devidamente motivado.

VI. A parte deverá ser intimada do inteiro teor do parecer referido no inciso anterior e, querendo, poderá interpor recurso hierárquico contra o parecer emitido pela Comissão dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da juntada aos autos da comprovação da ciência pela CONTRATADA.

VII. Caso não seja interposto o recurso caberá à autoridade superior a ratificação do parecer emitido pela Comissão responsável pelo processo administrativo punitivo, e a tomada das demais medidas legais cabíveis, nos termos do art. 109, da Lei de Licitações.





# MUNICÍPIO DE SENGÉS

CNPJ/MF 76.911.676/0001-07  
TRAVESSA SENADOR SOUZA NAVES N. 95  
SENGÉS – PARANÁ

## DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

VIII. Caso seja apresentado o recurso caberá a autoridade superior decidir no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

2 – Na contagem dos prazos recursais, fica excluído o dia de início, e incluído o do vencimento. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no Órgão ou Entidade.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS:

1 – As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

- a) Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ATA de Registro de Preços ou através de simples apostilamento.
- b) A DETENDORA DA ATA tem pleno conhecimento dos elementos constantes desta ATA, de todas as condições gerais e peculiares do fornecimento a ser efetuado, não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta ATA.
- c) As partes contratantes ficam sujeitas às normas constantes das Leis Federais n.º 10.520/2002, n.º 8.666/93 e suas alterações, bem como, pela Lei Municipal n.º 023/2006 e Decreto Municipal n.º 322/2013 e demais normas aplicáveis, sendo que os casos omissos também serão resolvidos através da aplicação das referidas leis.

2 – Integram esta Ata, o Edital do Processo de Licitação seus Anexos, a Ata da Sessão do Pregão e a(s) proposta(s) de preços do fornecedor beneficiário e dos fornecedores constantes do Cadastro de Reserva.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

Fica eleito o foro da cidade de Sengés/PR para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser. E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente ATA, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas, que também o subscrevem.

**Nelson Ferreira Ramos**  
Prefeito Municipal  
MUNICÍPIO

**JOÃO VITOR CAMPOS DE LIMA**  
Representante Legal  
DETENTORA DA ATA

**TESTEMUNHAS:**

**Sinara Ap. Ferreira Ramos Bortoluzze**  
CPF: 017.708.909-12

**Carlos Eduardo Fuzeto**  
CPF: 751.698.609-78